

# Espaço vital



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista

Minha geração entendia que a época de um governante invadir outro país já tinha passado. Hitler justificava a necessidade de expandir a área do território alemão como “espaço vital”. Esse argumento permitiu que ele anexasse a Áustria, parte da Tchecoslováquia e depois invadisse a Polônia e a União Soviética. Mas o que Putin faz hoje é algo semelhante: ele precisa anexar a Ucrânia — que, segundo a versão oficial russa, sequer existe — para criar um cordão sanitário ao redor de seu território. Ele pretende recriar o território da extinta União Soviética.

Trump quer anexar a Groenlândia, o Canadá e o Canal do Panamá com o mesmo argumento. É necessário ampliar o espaço vital dos Estados Unidos para garantir a paz entre os países. Ou seja, de repente, o mundo regrediu décadas e voltou a frequentar os anos 30 do século passado, quando as potências da época entraram em guerra. A guerra da Ucrânia lembra o conflito na Espanha, em 1936, quando comunistas e fascistas experimentaram suas armas em confronto direto. Foi a preliminar do que viria a seguir. Mas hoje a guerra é mais devastadora. A bomba atômica tem o poder de exterminar a vida no planeta Terra. Todos perdem. Então, mesmo com os mais tresloucados ditadores tendem a ter cautela, porque, em caso de guerra, eles

vão perder. E provavelmente morrer.

A eterna questão que opõe palestinos a judeus há muito tempo deixou de ser religiosa. O estado de Israel tem expandido suas fronteiras ao longo dos últimos anos. Ao mesmo tempo em que restringe o espaço de seus vizinhos constringidos a viver numa área cercada por arame farpado, controlada por soldados e armas de guerra. Em nenhuma dessas questões existe a perspectiva de paz duradoura. O forte quer se impor pelas armas. Grandes impérios, a começar pelo romano, cresceram, se desenvolveram e terminaram. A vida é finita em todas suas dimensões. A dos países, também.

No forte discurso de Trump, no dia da libertação dos Estados Unidos, 2 de abril, ele insistiu que o país perdeu milhares de indústrias, milhões de empregos e bilhões de dólares por auxiliar países em todo o mundo. Ato contínuo decretou taxaço recíproca em todos os países que fazem comércio com o maior mercado do mundo. O Brasil ganhou uma taxa de 10%. Os chineses vão pagar 34% para exportar para os Estados Unidos. Cada país tem uma taxa específica. O objetivo é que a grande indústria passe a produzir dentro dos Estados Unidos e ofereça, novamente, milhares de empregos, roubados, na expressão dele, pelos países chamados amigos. É a nova face da guerra moderna. Tarifas.

O grande pretende esmagar o pequeno e não se conforma com a marcha do tempo. O que os especialistas anunciavam com alguma cautela está diante de todos: o colosso norte-americano balançou, acusou o golpe das empresas e empregos que abandonaram a meca do capitalismo para se aninhar em outras e melhores circunstâncias. É difícil para o empresário retornar ao mercado norte-americano onde a mão

de obra é muito mais cara, os insumos não são baratos e agora há a imprevisibilidade do governante. É uma jogada arriscadíssima, que vai provocar elevação de preços internos e desorganização das cadeias de produção. O solavanco vai demorar e custar caro.

É o confronto moderno, limpo, sem sangue, mas capaz de produzir vítimas em vários cantos do mundo. Os norte-americanos, na palavra de seu presidente, perderam a vanguarda em diversos setores da indústria, como a produção de navios ou de produtos de grande tecnologia utilizados na indústria de informática. Muitas atividades se transferiram para China, Taiwan, Vietnã e outros países que constituíram o alvo prioritário do golpe de Trump. É um ataque feroz à industrialização dos países do antigo terceiro mundo e também dos antes chamados tigres asiáticos.

A questão econômica é óbvia. Haverá consequências na medida em que os afetados deverão retaliar. É razoável prever uma inflação global de bom tamanho. O que ainda não se pode prever, nem medir, são as consequências políticas, porque a tendência é que os nacionalismos passem a ser valorizados e estimulados. Os países vão se fechar para se defender do ataque norte-americano. O ouro já se valorizou muito e deve se valorizar ainda mais. A moeda digital, ao contrário, caiu. Acabou a era de prosperidade do mundo ocidental. Os Estados Unidos querem retomar seu protagonismo, decidiram se fechar para demonstrar sua capacidade de influir nos destinos da humanidade. Para chegar a esse resultado, além das sobretaxas, eles precisam dominar o Canadá, o Panamá e a Groenlândia. É, de novo, a busca do espaço vital, cujas consequências todos conhecemos.

## Março, mês da mulher no Distrito Federal



» GISELLE FERREIRA  
Secretária da Mulher  
do Distrito Federal

Como secretária da Mulher do Distrito Federal, tenho a honra de compartilhar avanços significativos na proteção, no acolhimento e no empoderamento das mulheres. Nossa missão é garantir equidade de gênero e ampliar oportunidades para todas as mulheres do DF. Para isso, estamos expandindo a rede de proteção de 14 para 30 equipamentos, assegurando suporte mais acessível para quem mais precisa.

Durante março, o Governo do Distrito Federal (GDF) dedica a maior parte das ações ao calendário Março Mais Mulher, uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher, liderada pela Secretaria da Mulher (SMDF) em parceria com diversos órgãos. Este ano, mais de 350 ações, com participação de 70 órgãos, incluem capacitação profissional, saúde, educação, cultura e bem-estar. O calendário une governo, sociedade civil e parceiros, reforçando que a pauta da mulher é permanente e intensificada em março.

Entre as ações, na Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher conscientizamos crianças e adolescentes sobre respeito aos direitos das mulheres e combate à violência de gênero. Educar jovens sobre igualdade e respeito é essencial para uma sociedade justa. Nossa meta é inspirar e fortalecer cada mulher, garantindo suporte público para sua trajetória.

O aumento das unidades de apoio e capacitação da SMDF é um passo nessa direção. Muitas mulheres em vulnerabilidade não buscam ajuda por falta de acesso, informação ou receio de denunciar. Para superar essas barreiras, estamos implementando os Comitês de Proteção à Mulher (CPM) nas regiões administrativas do DF. Esses espaços, instalados em locais como administrações regionais e bibliotecas públicas, acolhem e direcionam mulheres aos serviços da rede de proteção.

Outro avanço fundamental foi o crescimento do investimento em políticas públicas para mulheres. Nos últimos quatro anos, ampliamos em 743% os recursos destinados a essas iniciativas, permitindo a implementação de ações para segurança, desenvolvimento e autonomia feminina. Duas políticas inovadoras surgiram desse aumento orçamentário: o Programa Aluguel Social para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e o Programa Acolher Eles e Elas, voltado aos órfãos do feminicídio.

O Programa Acolher Eles e Elas atende 167 órfãos, garantindo um salário mínimo por mês às famílias e acompanhamento psicossocial semanal. O Aluguel Social beneficia 184 mulheres, oferecendo R\$ 600 mensais para moradia, incentivando a saída do ciclo de violência.

Acreditamos que proteção e acolhimento devem vir acompanhados do empoderamento feminino. Por isso, investimos em capacitação profissional, empreendedorismo e acesso ao mercado de trabalho. O Programa Movimento, em parceria com o Sebrae, criou a Agenda do Empreendedorismo Feminino do DF, com 11 eixos temáticos e 51 propostas. Essa iniciativa promove capacitações e trocas de experiências para fortalecer os negócios femininos.

Na Casa da Mulher Brasileira, oferecemos cursos gratuitos de qualificação profissional em diversas áreas, como beleza, administração, cuidador de idosos, informática e serviços gerais. Cerca de 6 mil mulheres já foram certificadas. Outros programas, como o Prepara Mulher, facilitam o ingresso no mercado de trabalho e incentivam a independência financeira. Já o projeto Mão na Massa, em parceria com o Instituto BRB e a Rede Sou + Mulher, oferece cursos em gastronomia, artesanato, moda e estética.

Sabemos que ainda há desafios, mas os avanços demonstram que estamos no caminho certo. A melhoria da rede de proteção, os investimentos crescentes e a inauguração de espaços de atendimento multidisciplinares e humanizados reforçam nosso compromisso com as mulheres. O governo distrital prioriza políticas públicas para prevenir a violência e promover capacitação e independência econômica.

Seguimos firmes na missão de tornar o DF mais justo e seguro para todas as mulheres. A denúncia contra agressores é um ato de coragem e salva vidas. A luta por equidade de gênero e mais oportunidades continua. Com a participação da sociedade e a implementação de ações intersetoriais, poderemos construir um futuro onde cada mulher tenha seus direitos garantidos e sua dignidade respeitada.



## É preciso denegrir a comunicação sob nossos olhares



» MÍDIÁ NOELLE  
Jornalista, escritora, mestra  
em cultura e cofundadora do  
Instituto Commbne

Seja o “aprender a ler, para ensinar os camaradas”, como versaram os compositores Roberto Mendes e José Carlos Capinam, seja “desaprender a ler, para aprender a ver, camará”, como disse o poeta Henrique Freitas em livro de Landê Onawale, a obra *Comunicação Antirracista: um guia para se comunicar com todas as pessoas, em todos os lugares* propõe um encontro profundo com os leitores e um convite para reexaminar e desconstruir conceitos enraizados no processo da escravização e da violência racial.

Esse livro não se limita a ser uma ferramenta de comunicação; ele se posiciona como um testemunho da luta, da resistência e do legado ancestral que moldaram a comunicação e a vivência da população negra no Brasil. Sua proposta é desconstruir os estigmas criados ao longo dos séculos e abrir espaço para uma nova forma de perceber e praticar a comunicação que valorize as histórias e as experiências negras.

Escrever sobre comunicação antirracista é um processo desafiador em um país onde a história é, muitas vezes, narrada a partir de uma perspectiva hegemônica. O livro trata de um enfrentamento com essa história oficial, que minimiza ou distorce a presença e a contribuição de pessoas negras. E o que torna a tarefa ainda

mais complexa é a resistência que surge dentro da sociedade, que, muitas vezes, se mostra relutante em repensar suas práticas e comportamentos diante das questões raciais. Essa não é uma obra isolada, mas uma síntese das estratégias de reconhecimento da humanidade da população negra, a partir dos diferentes espaços nos quais a autora atuou e das experiências pessoais que moldaram sua visão.

Um dos principais desafios é o de estabelecer uma comunicação que ultrapasse as barreiras impostas pelo racismo estrutural. O racismo, como uma força invisível, se infiltra nas práticas comunicativas de diversas formas, desde os estereótipos veiculados pela mídia até a exclusão da narrativa negra em espaços acadêmicos, jornalísticos e culturais. Nesse sentido, o livro se propõe a questionar e redefinir as formas de comunicação. O conceito de comunicação antirracista desenvolvido exige uma desconstrução das narrativas dominantes, além da criação de novos caminhos que possibilitem a visibilidade e o reconhecimento das vozes negras, historicamente silenciadas, a partir de um olhar anti-proibicionista, antipunitivista e anticapacitista.

A publicação explora a história da imprensa negra no Brasil, destacando sua resistência e luta por representatividade e dignidade. Mais de 190 anos de iniciativas, um exemplo de resistência e luta por representatividade e dignidade, criaram um espaço para a narrativa negra nas mídias e na sociedade, refletem o caráter resistente e estratégico dessa comunicação. O capítulo que foca na imprensa negra mostra como a mídia, historicamente, tem sido um campo de disputa pela verdade, pela justiça e pela equidade.

O que se encontra nas páginas da obra é o

resultado de um processo de pesquisa e reflexão, mas também de muitos diálogos com outras pessoas, profissionais e ativistas, que entenderam a necessidade de se falar sobre o papel da comunicação na construção de uma sociedade mais igualitária. Mais do que um manual técnico, o livro procura abordar a comunicação antirracista de uma maneira prática, acessível a todos. Não se trata de um guia exclusivo para aqueles que trabalham diretamente com comunicação, mas para qualquer pessoa que entenda que a comunicação é uma das principais formas de expressão das nossas relações sociais e que, por isso, precisa estar consciente da sua responsabilidade.

A leitura não é apenas um convite à reflexão sobre o papel da comunicação no enfrentamento do racismo, mas uma convocação para que todas as pessoas, independentemente da profissão ou área de atuação, se engajem nesse processo. Comunicação antirracista não é um campo restrito a jornalistas, publicitários ou acadêmicos. Ela é, antes de tudo, uma prática cotidiana, uma atitude de quem entende que a comunicação, seja em palavras ou em imagens, tem o poder de construir ou destruir realidades.

*Comunicação antirracista: um guia para se comunicar com todas as pessoas, em todos os lugares* é para todas as pessoas que desejam compreender melhor o impacto da comunicação nas relações de poder, nas representações sociais e, principalmente, nas formas como podemos agir para que o racismo deixe de ser uma estrutura invisível que permeia nosso cotidiano. Uma obra para quem acredita que a mudança começa em nós mesmos, nas nossas atitudes, no modo como nos relacionamos e, acima de tudo, na forma como nos comunicamos.